

Estado tenta ter uma ZPE até o final deste ano

Foto de Chico Guedes

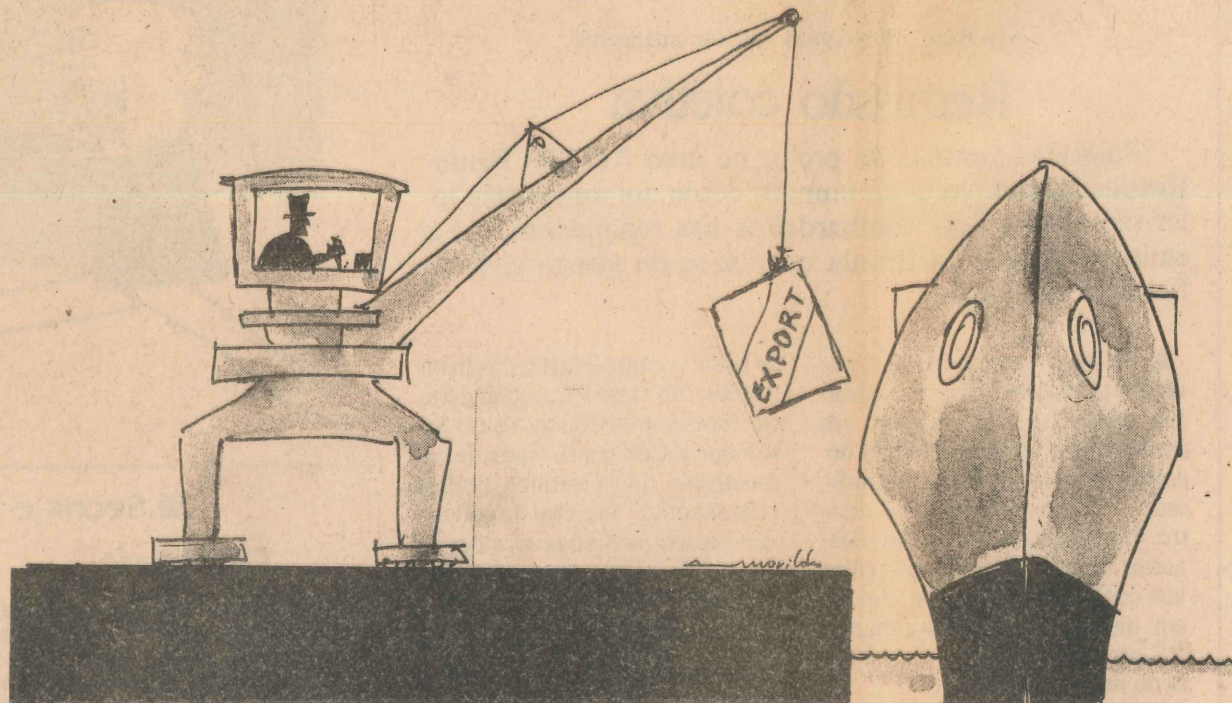
Walter Conde

Dentro de 10 dias, o Governo do Estado vai dar o passo inicial para que o Espírito Santo venha a sediar a 15ª Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Brasil. Até o final deste mês, o Estado enviará à Secretaria Nacional do Desenvolvimento Regional (SDR) uma carta de intenção. O segundo passo virá em outubro, quando será protocolado em Brasília uma carta-consulta à SDR, a fim de que seja analisada pelo Conselho do Programa de ZPE. A expectativa dos técnicos governamentais é de que o decreto presidencial, com essa permissão, saia até o final do ano.

Esse otimismo veio a partir da visita ao Espírito Santo do secretário executivo do Programa de ZPEs da SDR, Helson Braga, ocorrida na última quinta-feira. "O Espírito Santo tem plena condição de reivindicar uma ZPE", afirmou o responsável por esse programa. Braga disse que a primeira legislação sobre a instalação de ZPEs no país criava muitas restrições e dificultava um pleito como o que estará sendo feito pelo Governo capixaba. Com a nova lei em vigor, ocorreu uma abertura para o surgimento de novas ZPEs, além das 14 autorizadas.

A carta de intenção do Estado vai motivar a abertura de um processo administrativo na SDR. Posteriormente, será anexada a esse documento a carta-consulta, que, nada mais é do que um projeto sobre a viabilidade técnica, financeira e econômica de uma ZPE no Espírito Santo. A partir daí, o processo vai para o Conselho do Programa de ZPEs da SDR. O coordenador-técnico da SDR, Ricardo Rodrigues, destacou que os conselheiros observarão a viabilidade do pedido, e o tipo de empresas que poderão ser instaladas nessa área.

Atualmente, o Brasil conta com 14 regiões autorizadas para a instalação de ZPEs, sendo oito na região Nordeste, duas no Norte,



duas no Rio Grande do Sul, uma em Tocantins e outra em Cárceres (MT). As duas primeiras ZPEs que estão saindo do papel são a de Ilhéus (BA) e a de Cárceres. Nessa cidade mato-grossense, a administração da ZPE ficará por conta de grupos privados, encabeçado pelo empresário Olacyr Moraes, Sadia, Perdigão e Coca-Cola, segundo Ricardo. A previsão do técnico federal é de que, em oito meses, começarão as construções das primeiras instalações.

Diante desses acontecimentos, o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico, Paulo Augusto Vivacqua, iniciou um ciclo de debates com o empresariado local. O objetivo é sensibilizar os dirigentes de empresa, a fim de que eles possam promover investimentos diretos ou indiretos na ZPE capixaba. Diretamente será através da instalação de empresas dentro da ZPE, desde que sejam atendidas às exigências da legislação. A participação indireta vem com o surgimento de empresas satélites à ZPE, visando atender às necessidades das que estão na zona de processamento.

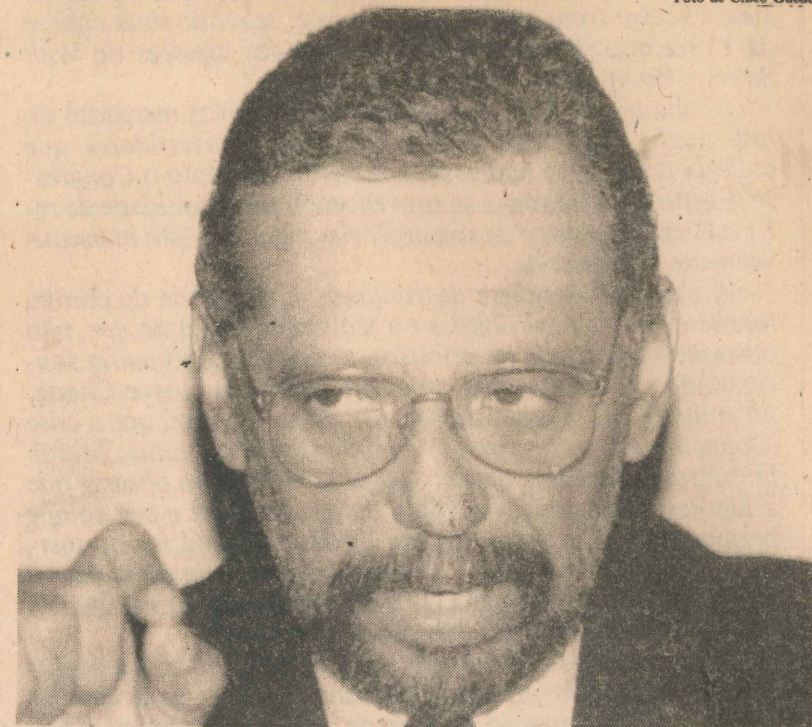
A coordenadora do Escritório Operacional do Corredor de

Transportes Centro-Leste, Sandra Stehling, que é uma das técnicas responsáveis pela elaboração do projeto de ZPE no Estado, garante espaço aos críticos desse sistema industrial. Segundo ela, serão realizados debates com diversos setores da sociedade capixaba, entre esses aqueles ligados à Universidade Federal do Espírito Santo. O professor de Economia da Ufes, Orlando Caliman, é um desses críticos. Ele prefere deixar no ar duas perguntas: "Qual é o papel da ZPE hoje? Em que realidade estaríamos pensando nessas ZPEs?"

Stehling destaca que o Governo do Estado nutre há algum tempo a decisão de ver uma ZPE instalada no Espírito Santo, "devido às vantagens vocacionais para o desenvolvimento regional". O intuito de difundir essas vantagens para os empresários é o de evitar uma ampla interferência do Estado na administração da ZPE. A técnica destacou que ainda não há um local indicado para a instalação da zona de processamento, mas, informou que está sendo cogitada uma área no Civit, em Carapina. A ZPE tem que ficar próxima a infra-estrutura de transportes, energia, telecomunicações, entre outras.

A técnica estadual ainda informou que a primeira empresa a demonstrar interesse em se instalar na ZPE capixaba foi a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi). Os empresários do setor de extração e beneficiamento do mármore e granito, além das indústrias do setor de informática e de exportação de frutas tropicais, também se mostraram favoráveis quando consultados, explicou. No caso da Cofavi, o interesse é a construção de perfis para elevador, uma vez que a atual estrutura para as exportações brasileiras dificulta a competitividade de preço, completou Stehling.

A maior vantagem para o Espírito Santo está na possibilidade do surgimento de diversas empresas satélites à ZPE, a fim de fornecerem os insumos básicos. Uma outra vantagem destacada pela técnica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedes) é a ampliação da receita tributária das empresas satélites. As próprias empresas sediadas dentro da ZPE irão utilizar um maior número de serviços portuários, gerando receita também. Ela ainda vê vantagem na transferência de tecnologia à mão-de-obra na ZPE.



Helson: ZPE cria emprego indireto pela instalação de empresas satélites

Atração é isenção de impostos

A maior vantagem das empresas que se instalarem na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é a inexistência de obrigatoriedade para pagamento de impostos, além de ser possível traçar uma política independente de remessa de lucros para o exterior. Também não existe nenhum impedimento para que a mão-de-obra seja substituída por máquinas robotizadas. Além disso há uma total facilidade para as exportações, devido à supressão da exigência de guias, licenças, entre outros documentos normalmente exigidos.

Esses pontos foram citados, no Espírito Santo, pelos coordenadores do Programa de ZPEs da Secretaria Nacional do Desenvolvimento Regional (SDR). Segundo eles, as únicas restrições ficam para a exportação de produtos que dependem de cotas internacionais. Além disso, os técnicos federais disseram que, dependendo do produto final da indústria, há uma obrigatoriedade de serem gastos de 20% a 40% do total das despesas com compras nacionais.

Dentro desses percentuais pode ser incluída a despesa com a folha de pagamento dos funcionários, destacou o coordenador técnico do Programa de ZPEs da SDR, Ricardo Rodrigues. Ele ainda diz que a legislação trabalhista a vigorar dentro da ZPE é a brasileira, com a exigência de que dois terços dos trabalhadores sejam nacionais. Mas a importação também é totalmente livre, sem vistorias das autoridades aduaneiras.

A ZPE funciona como um enclave dentro do país, visando criar condições para que os seus produtos tenham a competitividade máxima, no mercado internacional

Automação

A própria geração de empregos é pequena. O secretário executivo do Programa Nacional de ZPEs, Helson Braga, admitindo que muitos empregos especializados serão destinados a trabalhadores do exterior, reconhece que "a ZPE não gera muitas colocações, porque são empresas automatizadas". Para ele, o grande impacto para a região onde a ZPE está instalada é o emprego indireto, através das empresas satélites. Com relação à isenção de impostos, Helson argumenta que o contrapeso está no incremento tributário vindo das indústrias instaladas ao redor da ZPE.

Para o coordenador nacional das ZPEs existe também a transferência de tecnologia, apesar das empresas instaladas em uma zona de processamento trazerem prontos os seus componentes básicos de industrialização. Helson diz que é possível aos brasileiros que trabalham na ZPE operarem equipamentos avançados, "passando o conhecimento tecnológico para o restante do país". O coordenador compara esse processo com o mesmo que ocorreu com a indústria de autopeças no Brasil. Para evitar o fracasso da indústria nacional, Helson diz que as vendas no mercado interno são vedadas.